

**HABEAS CORPUS Nº 548.734 - MG (2019/0357356-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : **MARCELO LOPES DE SOUZA**  
**ADVOGADO** : **MARCELO LOPES DE SOUZA - MG087345**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**PACIENTE** : **BRUNO ALVES CAETANO (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de BRUNO ALVES CAETANO no qual se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Consta dos autos que o paciente "foi preso em flagrante pela suposta prática do delito de tráfico de drogas, tendo sido a prisão relaxada, e depois, decretada a prisão preventiva" (e-STJ fl. 12), porque "foi apreendida a quantia de R\$690,00 (seiscentos e noventa reais), além de 98,19g (noventa e oito gramas e dezenove centigramas) de maconha" em seu poder (e-STJ fl. 13).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus*, cuja ordem foi denegada, nos termos da ementa ora transcrita (e-STJ fl. 11):

HABEAS CORPUS – TRÁFICO DE DROGAS – ILEGALIDADE DO FLAGRANTE – DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA – ACAUTELAMENTO POR NOVO TÍTULO – PRESENÇA DE FUNDAMENTOS IDÔNEOS CAPAZES DE JUSTIFICAR A CUSTÓDIA CAUTELAR – CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. Atendido ao menos um dos pressupostos do art. 312 do CPP, qual seja a garantia da ordem pública, bem como um dos requisitos instrumentais do art. 313 do CPP, deve ser a prisão preventiva mantida, não havendo que se falar em sua revogação, ou mesmo em substituição pelas medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP, pelo fato de estas se revelarem absolutamente insuficientes.

Na presente impetração a defesa assere que "o paciente, está sendo vítima de um FLAGRANTE PREPARADO, o que é vedado no nosso ordenamento jurídico-penal vigente" (e-STJ fl. 5).

# Superior Tribunal de Justiça

Diante disso, pleiteia a defesa, em tema liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator